

CONTA GERAL DO ESTADO DE 2007

I PARTE

RELATÓRIO DO GOVERNO SOBRE OS RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 50 da Lei nº 9/2002, de 12 de Fevereiro, o Governo elaborou a Conta Geral do Estado referente ao exercício de 2007.

A presente Conta apresenta os resultados da execução do Orçamento do Estado de 2007, aprovado pela Lei nº. 1/2007, de 3 de Janeiro e revisto pela Lei nº. 27/2007, de 27 de Novembro.

O Orçamento do Estado para 2007 foi elaborado e executado em ambiente do e-SISTAFE, no seu segundo ano, com base nos procedimentos da Lei nº. 9/2002, de 12 de Fevereiro, e do Regulamento do SISTAFE, aprovado pelo Decreto nº. 23/2004, de 20 de Agosto.

No processo de implementação gradual da reforma da administração financeira do Estado, durante o exercício de 2007, deram-se mais os seguintes passos:

- Foi desenvolvido o módulo para a elaboração do Orçamento do Estado de acordo com o modelo conceptual do SISTAFE e introduzidas melhorias nas funcionalidades do módulo de administração do Orçamento, o que permite aos utilizadores maior flexibilidade na execução dos seus orçamentos e produção de relatórios;
- Aumentou-se a abrangência do e-SISTAFE, cobrindo todos os ministérios e órgãos de soberania e resultando da descentralização efectuada a execução por via directa de 80% das despesas de funcionamento, excepto Salários e Remunerações, e da componente interna do investimento, permanecendo apenas algumas instituições a executar por intermédio das Unidades Gestoras Executoras Especiais (DNCP e DPPF's), mediante a concessão de adiantamento de fundos.

Estas melhorias, complementaram as já introduzidas no âmbito da Conta Única do Tesouro e na programação financeira, tornando os processos e procedimentos de execução orçamental mais flexíveis e efectivos, o que se reflectiu largamente no aumento das taxas de realização das despesas de funcionamento e componente interna do investimento e numa maior racionalização da utilização dos recursos do Tesouro.

No exercício económico de 2007 foram observadas as recomendações da Assembleia da República, constantes da Resolução nº. 9/2007, de 28 de

Junho, que aprovou a Conta Geral do Estado de 2005, importando salientar os seguintes aspectos:

- Aumento da inclusão, na execução orçamental, da despesa de projectos financiados por donativos externos que não transitam pela CUT, tendo a despesa desta componente do investimento passado de 7.778 milhões de meticais, em 2006, para 11.660 milhões de meticais, em 2007, representando um crescimento de 51%, em termos reais;
- Redução considerável do volume de adiantamentos de fundos por Operações de Tesouraria (de 6.882 milhões de meticais, em 2006, para 2.295 milhões de meticais, em 2007) como resultado das melhorias introduzidas pela implementação gradual do e-SISTAFE no processo de execução do Orçamento do Estado, a todos os níveis;
- Elaboração de contas correntes referentes aos adiantamentos por Operações de Tesouraria, por cada instituição beneficiária e transacção, por forma a facilitar o controlo dos fundos e as respectivas regularizações;
- Início da elaboração do regulamento das Operações de Tesouraria, cuja conclusão está prevista para o presente ano, após harmonização feita com base nas consultas das melhores práticas em países seleccionados;

- Desenvolvimento, pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado, de um cadastro para o registo das empresas participadas pelo Estado;
- Criação de mais dois Serviços de Informação ao Contribuinte, nas cidades da Beira e Nampula, com vista a dotar os contribuintes de conhecimentos para a melhoria do cumprimento das obrigações tributárias, tornando a Administração Fiscal cada vez mais eficiente no processo de arrecadação de receitas;
- Divulgação, ao público alvo, do Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, bem como nas sessões dos Conselhos Consultivos dos Ministérios e Governos Provinciais, tendo em consideração a responsabilidade que cabe a cada órgão e instituição do Estado no processo de contratações públicas;
- Elaboração do Manual de Administração Financeira e Procedimentos Contabilísticos, aprovado pelo Diploma Ministerial nº. 169/2007, de 31 de Dezembro;
- Elaboração do Regulamento sobre o Património do Estado, aprovado pelo Decreto nº. 23/2007, de 9 de Agosto;
- Integração, no inventário do património do Estado, das 3 autarquias ainda em falta e de mais 12 empresas, fundos e institutos públicos, que passam de 20 para 32, no inventário actual;

- Desenvolvido um programa informático para a elaboração do inventário do Património do Estado, enquanto são concluídas as funcionalidades no e-SISTAFE que possibilitem o registo de bens patrimoniais como resultado da execução orçamental da despesa.

Os mapas da presente Conta estão agrupados segundo a natureza dos dados que contêm, numerados de I a XV, a saber:

Na II Parte da Conta:

- Grupo I – mapas globais de receitas, despesas e financiamento do Estado, de resultados da execução orçamental, de activos financeiros, de dívida pública, de saldos das Recebedorias e de Operações de Tesouraria;
- Grupo II – mapas de recursos orçamentais (receitas e financiamento externo);
- Grupo III – mapas de resumos da despesa de funcionamento segundo os âmbitos e classificações orçamentais (económica, orgânica, territorial e de fonte de recursos);
- Grupo IV – mapas de resumos da despesa de investimento segundo os âmbitos e classificações orçamentais (económica, orgânica, territorial e de fonte de recursos);

- Grupo V - mapa resumo das operações financeiras segundo as classificações económica e de fonte de recursos;

Na III Parte da Conta:

- Grupos VI a XV - mapas de desenvolvimento das despesas segundo os âmbitos, classificações económica detalhada, orgânica, territorial e de fonte de recursos, evidenciando as alterações orçamentais efectuadas, e mapas por projectos de investimento.

2. OBJECTIVOS DA POLÍTICA ECONÓMICA E SOCIAL

O Programa Quinquenal do Governo 2005-2009 definiu como principal objectivo a redução da pobreza absoluta, actuando prioritariamente nas áreas de educação, saúde, infraestruturas, agricultura e desenvolvimento rural, administração pública, sistema judicial e segurança e ordem pública, bem como a manutenção de um desenvolvimento económico e social sustentável, baseado no rigôr e racionalidade na utilização dos recursos públicos.

Assim, no ano de 2007, a aplicação desse Programa centrou-se no seu Plano Económico e Social, que tem como principais objectivos:

- atingir um crescimento do Produto Interno Bruto em torno de 7%;
- conter a inflação média anual a um dígito;
- manter estável a taxa de câmbio;
- atingir um crescimento das exportações de bens em cerca de 9%;
- conseguir um nível de Reservas Internacionais Líquidas que financiem cerca de 4 meses de importações de bens e serviços.

Com vista a atingir aqueles objectivos uma vasta actividade foi levada a cabo, da qual se apresentam os seguintes resultados:

- crescimento do Produto Interno Bruto em 7,3%;

- taxa de inflação média anual de 8,16% (índice de preços ao consumidor na cidade de Maputo) e de 9,17% (índice de preços ao consumidor agregado, das cidades de Maputo, Beira e Nampula);
- taxa de câmbio estável, com uma apreciação do metical de 8,3% face ao dólar americano e de 5,7% face ao rand, em termos anuais;
- crescimento das exportações de bens em 1,3%, incluindo as dos grandes projectos, com uma diminuição de 17,9%, excluindo as dos grandes projectos;
- Reservas Internacionais Líquidas para a cobertura de 5,4 meses de importações de bens e serviços não factoriais.

Estes indicadores macroeconómicos atestam um desempenho positivo da economia nacional, em 2007, não obstante a conjuntura internacional desfavorável, em consequência do forte agravamento dos preços dos produtos petrolíferos, e a ocorrência de condições climatéricas adversas, com cheias, secas, inundações e ciclone Fávio, para além da explosão do paiol militar de Malhazine, em Maputo, que provocaram a perda de mais de uma centena de vidas, a deslocação de cerca de meio milhão de pessoas e a destruição de infraestruturas sócio-económicas, o que exigiu do Governo esforços adicionais para a normalização da vida económica e social.

Para o crescimento do PIB tiveram maior contribuição os sectores dos transportes e comunicações, da hotelaria e turismo, da indústria extractiva, da construção, do comércio e da agricultura, pecuária e silvicultura.

A seguir se apresentam as principais medidas e acções de política que nortearam as actividades realizadas pelo Estado, durante o ano de 2007.

2.1- Política Orçamental

A política orçamental visou assegurar o financiamento das actividades dos sectores prioritários no combate à pobreza absoluta, promovendo o desenvolvimento económico e social e garantindo o rigor e a racionalidade na utilização dos recursos públicos.

Para melhorar a gestão das finanças públicas prosseguiu-se em 2007 a descentralização da execução orçamental, alargou-se a operacionalidade do e-SISTAFE para mais órgãos e instituições do Estado e efectivou-se o funcionamento da Autoridade Tributária de Moçambique, para perseguir com o alargamento da base tributária e incremento da cobrança da receita do Estado.

O Orçamento do Estado para 2007 estabeleceu os seguintes valores globais de receitas, despesas e défice global, conforme se apresenta a seguir, em comparação com os valores da Lei inicial, nº. 1/2007, de 3 de Janeiro:

	(Em milhões de meticais)			
	Lei n.º.1/2007		Lei n.º.27/2007	
Receitas do Estado	32,461		33,261	
Despesa de Funcionamento	31,681		32,174	
Investimento (componente interna)	8,941		9,249	
Investimento (componente externa)	24,504		25,723	
Operações Financeiras	5,770	70,897	5,770	72,915
Défice Global	38,435		39,654	

O défice orçamental foi aumentado em 1.219 milhões de meticais pela Lei n.º. 27/2007, resultante de um aumento de 800 milhões de meticais em receitas, face a um aumento de 2.019 milhões de meticais nas despesas.

No Quadro 1, apresentam-se os principais indicadores do desempenho orçamental em 2007, comparativamente a 2006, em termos do PIB, que mostram o nível de cumprimento dos objectivos para os quais o Orçamento do Estado foi elaborado:

Quadro 1- Indicadores Orçamentais em 2006 e 2007

	Em Mil Meticais		Em % do PIB	
	2006	2007	2006	2007
Receita do Estado	27,794,082	34,473,630	15.7	17.1
Correntes	26,579,541	32,623,559	15.0	16.2
Capital	1,214,541	1,850,071	0.7	0.9
Despesas	44,809,794	56,644,276	25.3	28.1
Funcionamento a/	25,809,391	31,983,102	14.6	15.9
Investimento	19,000,403	24,661,175	10.7	12.2
<i>Componente interna</i>	6,542,031	9,235,830	3.7	4.6
<i>Componente externa</i>	12,458,372	15,425,345	7.0	7.7
Operações Financeiras Activas	2,386,671	2,832,542	1.3	1.4
Saldo Corrente	770,150	640,458	0.4	0.3
Défice Global Antes de Donativos	-19,402,383	-25,003,188	-11.0	-12.4
Donativos	18,188,300	20,290,888	10.3	10.1
Consignados a Projectos e Ac. Retrocessão	8,674,922	12,251,351	4.9	6.1
Contravalores não consignados	9,513,378	8,039,537	5.4	4.0
Défice Global Após de Donativos	-1,214,083	-4,712,300	-0.7	-2.3
Empréstimos Externos Líquidos	8,116,665	7,931,724	4.6	3.9
Consignados a Projectos e Ac. Retrocessão	6,089,508	6,088,816	3.4	3.0
Contravalores não consignados	3,110,905	2,659,414	1.8	1.3
-Amortizações a/	-1,083,747	-816,506	-0.6	-0.4
Crédito Interno Líquido	-6,902,582	-3,219,425	-3.9	-1.6
P/ Memoria: PIB em milhões de meticais	176,804	201,437		

a/- Os Encargos da Dívida e as Amortizações dos Empréstimos Externos estão considerados pelos valores efectivamente pagos.

Conforme se pode observar, a **receita do Estado** cresceu em 1,4 pontos percentuais do PIB, em relação ao ano anterior, por influência dos níveis verificados na cobrança dos Impostos sobre o Rendimento, dos Impostos sobre Bens e Serviços, das Receitas Não Fiscais e das Receitas de Capital.

A **despesa** cresceu em 2,8 pontos percentuais do PIB, devido a aumentos de 1,3 pontos percentuais na despesa de funcionamento e 1,5 pontos percentuais no investimento, (0,9 e 0,7 pontos percentuais nas componentes interna e externa, respectivamente). O crescimento da despesa de funcionamento foi determinado por Despesas com o Pessoal, Pensões e Outras Despesas Correntes.

Como resultado do maior aumento do peso da despesa de funcionamento em relação ao aumento do peso da receita corrente, o **saldo corrente** passou de um superavit de 0,4 pontos percentuais do PIB, em 2006, para um superavit de 0,3 pontos percentuais do PIB, em 2007.

As operações financeiras activas cresceram em 0,1 pontos percentuais do PIB, por influência dos empréstimos por Acordos de Retrocessão com financiamento externo.

Como resultado do maior aumento do peso das despesas e operações financeiras activas, face ao aumento do peso da receita, o **défice global antes de donativos** aumentou em 1,4 pontos percentuais do PIB e o **défice global após donativos** aumentou em 1,6 pontos percentuais, devido, também, à diminuição dos **donativos** em 0,2 pontos percentuais.

Os **empréstimos externos líquidos** diminuíram em 0,7 pontos percentuais, em termos do PIB.

Como consequência da diminuição dos recursos externos, face ao aumento da despesa total e operações financeiras, o **crédito interno líquido**, embora favorável ao Tesouro, como no ano anterior, diminuiu em 2,3 pontos percentuais do PIB.

2.2 Política Fiscal

Durante o ano de 2007 o Governo continuou a desenvolver a reforma da Administração Tributária e do Sistema Tributário, com vista a consolidar o funcionamento dos seus órgãos e introduzir melhoramentos na legislação fiscal. Assim, foram implementadas várias acções, designadamente:

- Instalação e efectiva entrada em funcionamento da Autoridade Tributária de Moçambique;
- Abertura de sete novos postos fiscais nas províncias de Niassa e Cabo Delgado;
- Conclusão do concurso e início do processo de recrutamento de juízes profissionais para o funcionamento dos Tribunais Fiscais e preparação do processo de consolidação dos Tribunais Aduaneiros;
- Elaboração do anteprojecto do Código do Processo Tributário;
- Reformulação do Imposto sobre Sucessões e Doações, de que resultou um novo código aprovado pela Lei nº. 28/2007, de 4 de Dezembro;
- Aprovação da Lei das Finanças Autárquicas em 1 de Novembro de 2007 (Lei nº. 1/2008, de 16 de Janeiro);

- Revisão da legislação dos impostos específicos da actividade mineira e petrolífera e racionalização dos respectivos benefícios fiscais, da qual resultou a aprovação da legislação dos impostos específicos sobre a actividade mineira e petrolífera (Leis n.ºs. 11/2007 e 12/2007, ambas de 27 de Junho, respectivamente) e o regime de incentivos fiscais (Lei n.º. 13/2007, de 27 de Junho);
- Conclusão da avaliação dos sistema tributário em vigor, em particular no que se refere ao IVA, ao IRPS e ao IRPC, de que resultou a aprovação pela Assembleia da República das Leis n.ºs. 32/2007, 33/2007 e 34/2007, todas de 31 de Dezembro, que alteram os Códigos do IVA, do IRPS e do IRPC, respectivamente;
- Descentralização de algumas competências para decisão sobre pedidos de reembolso do IVA, através da delegação de competências aos Directores das Unidades dos Grandes Contribuintes e das Áreas Fiscais.

2.3 Política Monetária e Cambial

A política monetária e cambial, em 2007, teve em vista os objectivos definidos pela política económica do Governo em matéria de inflação, crescimento do PIB e saldo de Reservas Internacionais Líquidas.

Para o alcance destes objectivos, previa-se que a Base Monetária se expandisse 18,1%, no contexto de uma posição líquida do Estado junto

do sistema bancário de -1.828 milhões de meticais, enquanto o agregado mais amplo da moeda, o M3 (meios totais de pagamento em moeda nacional e moeda estrangeira) deveria crescer em 20,9% e o Crédito à Economia em 21,1%.

O quadro seguinte mostra as principais metas e a realização do programa monetário em Dezembro de 2007, comparada com a realização em Dezembro de 2006:

Principais Indicadores Monetários em Dezembro de 2006 e 2007

Agregados	Dez/06	Dez/07	Programa Dez/07
	Saldos em milhões MT		
Reservas Internacionais Líquidas (milhões USD)	1,231	1,508	1,300
Base Monetária	14,736	17,822	17,404
Massa Monetária - M3	53,583	67,121	64,786
Crédito à Economia	27,414	31,611	33,186
	Variação Anual dos Saldos		
Base Monetária		20.9%	18.1%
Massa Monetária - M3		25.3%	20.9%
Crédito à Economia		15.3%	21.1%

Fonte: DEEE/Banco de Moçambique.

Constata-se, do quadro anterior, que:

- As Reservas Internacionais Líquidas superaram a meta em USD 208 milhões e registaram um incremento de USD 277 milhões em relação ao ano anterior, passando o seu saldo a equivaler a 5,4 meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais, incluindo as dos grandes projectos;
- A expansão da Base Monetária situou-se em 20,9%, quando o programa previa 18,1%, sendo este incumprimento explicado pelo aumento de notas e moedas em circulação em Dezembro,

decorrente dos elevados levantamentos de numerário efectuados por causa das festividades de Natal e Ano Novo, que coincidiram com dois fins de semana longos, contribuindo para maior pressão sobre a caixa do Banco de Moçambique por parte dos bancos comerciais;

- O saldo do Crédito à Economia concedido pelas Instituições de crédito registou uma expansão anual de 15,3% (aumento de 4.197 milhões de meticais, dos quais 4.465 milhões de meticais em moeda nacional, a compensar uma redução de 305 milhões de meticais em moeda estrangeira), contra uma meta de 21,1%.

Tendo em vista controlar a Base Monetária, aos níveis consentâneos com os objectivos de inflação estabelecidos, o Comité de Política Monetária, ao longo do segundo semestre, recomendou que fossem intensificadas as intervenções nos mercados interbancários. Tal permitiu manter a estabilidade do metical, num cenário de pleno funcionamento das condições de mercado e de vendas de divisas, que satisfizeram a procura revelada, elevando a apreciação do metical em relação ao dólar e ao rand, em termos anuais, de 8,3% e 5,7%, respectivamente, factor que permitiu amortecer a subida dos preços dos bens importados.

Inserido na estratégia de extensão dos serviços financeiros às zonas rurais, o Banco de Moçambique publicou o Aviso nº. 10/GBM/2007, de 25 de Maio, que estabelece o regime especial aplicável aos bancos e instituições de microfinanças que pretendam expandir as suas actividades para as zonas rurais, através da abertura de agências ou

outras formas de representação, para além da aprovação do Aviso nº. 02/GGBM/2007, que altera o regime de Reservas Obrigatórias, destacando-se nesta medida a redução do coeficiente de reserva obrigatória de 11,51% para 10,15%, a inclusão do caixa em dependências situadas nas zonas rurais entre os activos que podem constituir reserva obrigatória e o alargamento da base de incidência para todos os recursos alheios em poder das instituições de crédito, excepto os que decorrem de aplicações de outras instituições no Mercado Monetário Interbancário.

A resposta das instituições de crédito e sociedades financeiras ao desafio de alargamento dos serviços financeiros às zonas rurais e peri-urbanas foi bastante positiva, tendo sido autorizados o estabelecimento de 40 novos balcões de bancos comerciais, alargando deste modo a cobertura da rede de bancos para 32 distritos, aumentando assim a rede de caixas automáticas (ATMs), postos de pagamento electrónico (POS) e o número de contas bancárias. Foram igualmente autorizados a operar no mercado duas novas instituições de crédito, Banco Terra e Moza Banco. O Banco de Moçambique abriu agências em Tete, Pemba e Lichinga, alargando deste modo a sua rede para oito províncias do país.

No que se refere à distribuição do Crédito à Economia pelos sectores, em 2007, detinham a maior fatia do crédito concedido, **i)** o Comércio, com 26%, **ii)** a Indústria, com 16%, **iii)** consumo de particulares, com 14%, **iv)** a Agricultura, com 10,4%, **v)** os Transportes e Comunicações, com 7,1%, e **vi)** a Construção, com 4,7%. De realçar, que o peso do crédito ao sector agrícola aumentou em 4 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

A taxa de câmbio média MT/USD do Mercado Cambial Interbancário, no último dia de Dezembro de 2007 situou-se em 23,82 meticaís, o que corresponde a uma apreciação anual da moeda nacional de 8,3%, contra uma depreciação de 7,4% em 2006.

A evolução do metical face ao rand no mercado cambial foi também no sentido da apreciação. Assim, a taxa de câmbio média no final de Dezembro foi de 3,50 meticaís, correspondendo a uma apreciação anual de 5,7%, contra uma apreciação de 2,9% em 2006.

2.4 Balança de Pagamentos

As exportações de bens em 2007 atingiram o valor de 2.412 milhões de dólares americanos, o que representa um aumento de 1,3% em relação ao ano anterior. Excluindo as exportações dos grandes projectos, que cresceram em 9,2%, verifica-se uma redução de 17,9%, conforme se mostra no quadro seguinte:

Balança Comercial (Em milhões de USD)

	2006	2007	Crescim. em %
Exportações (fob)	2,381.1	2,412.1	1.3
<i>sendo grandes projectos</i>	1,688.7	1,843.5	9.2
Export. sem grandes projectos	692.4	568.6	-17.9
Importações (fob)	-2,648.8	-2,811.1	6.1
<i>sendo grandes projectos</i>	-637.4	-626.8	-1.7
Import. sem grandes projectos	-2,011.5	-2,184.4	8.6
Saldo	-267.7	-399.0	49.0
Saldo sem grandes projectos	-1,319.1	-1,615.7	22.5

Fonte: DEE-Banco de Moçambique.

A quebra registada nas exportações sem grandes projectos ficou a dever-se, principalmente:

- À castanha e amêndoa de cajú, em consequência da queda do preço médio praticado no mercado internacional, do aumento da produção na África Ocidental e da paralisação de três fábricas de processamento em Nampula;
- Ao camarão, devido à queda do respectivo preço no mercado internacional;
- Ao açúcar, por causa da redução do preço no mercado internacional livre, combinado com o facto de no período homólogo de 2006 ter havido grandes volumes de açúcar adicionais às quotas por parte dos mercados europeu e dos EUA;
- Ao tabaco, devido à redução do volume exportado do tabaco processado, como resultado de a empresa processadora ter passado a aplicar um regime de laboração com paragem no primeiro trimestre do ano.

Por seu lado, as importações atingiram o valor de 2.811 milhões de dólares americanos, acusando um aumento de 6,1% em relação ao ano anterior, resultante de uma diminuição de 1,7% nas importações dos grandes projectos e um aumento de 8,6% nas restantes.

Nestas circunstâncias, a Balança Comercial, em 2007, encerrou com um défice superior ao registado em 2006 em 49%, sendo o aumento do défice sem os grandes projectos de 22,5%.

O défice da Balança de Serviços e Rendimentos, em 2007, situou-se em 988,5 milhões de dólares americanos, representando uma diminuição de 1,8% em relação a 2006:

Balança de Serviços e Rendimentos (Em milhões de USD)

	2006	2007	Crescim. em %
Receitas	546.2	652.3	19.4
Despesas	-1,552.4	-1,640.8	5.7
Saldo	-1,006.2	-988.5	-1.8
<i>Saldo excluindo juros</i>	-764.8	-855.7	11.9

Fonte: DEE-Banco de Moçambique.

Assim, a Balança de Transacções Correntes, sem incluir as transferências correntes, passou de um défice de 1.274 milhões de dólares, em 2006, para um défice de 1.387,5 milhões de dólares, em 2007, o que representa um aumento de 8,9%. Entrando em linha de conta com as transferências correntes, que foram de 500,7 milhões de dólares em 2006 e 592,4 milhões de dólares em 2007, o défice da balança de transacções correntes passou de 773,2 milhões de dólares em 2006 para 795 milhões de dólares em 2007, o que equivale a um aumento de 2,8%, conforme se pode observar no quadro a seguir:

Balança de Transacções Correntes (Em milhões de USD)

	2006	2007	Crescim. em %
Exportações (fob)	2,381.1	2,412.1	1.3
<i>sendo grandes projectos</i>	1,688.7	1,843.5	9.2
Export. sem grandes projectos	692.4	568.6	-17.9
Importações (fob)	-2,648.8	-2,811.1	6.1
<i>sendo grandes projectos</i>	-637.4	-626.8	-1.7
Import. sem grandes projectos	-2,011.5	-2,184.4	8.6
Serviços e Rendimentos	-1,006.2	-988.5	-1.8
Saldo de Bens, Serv. e Rendim.	-1,273.9	-1,387.5	8.9
Transferências Correntes	500.7	592.4	18.3
Saldo	-773.2	-795.0	2.8

Fonte: DEE-Banco de Moçambique.

O total do financiamento externo, constituído por donativos e empréstimos, aumentou em 80%, de 2006 para 2007, correspondente a 984,3 milhões de dólares, com acréscimos de 156,8 milhões de dólares em donativos e 827,4 milhões de dólares em empréstimos. O financiamento ao sector público aumentou em 25,3% por donativos e diminuiu em 14,5% por empréstimos, como se mostra a seguir:

Donativos e Empréstimos Externos (Em milhões de USD)

	2006	2007	Crescim. em %
Donativos	621.0	777.8	25.3
Empréstimos	609.9	1,437.3	135.7
<i>Públicos</i>	377.0	322.3	-14.5
<i>Privados</i>	232.8	1,115.0	378.9
Total	1,230.8	2,215.1	80.0

Fonte: DEE-Banco de Moçambique.

3. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO EM 2007

A execução do Orçamento do Estado para 2007, em termos globais, teve os resultados que se apresentam nos Mapas I e I-1 da II Parte da presente Conta.

As receitas do Estado totalizaram 34.474 milhões de meticais e, para fazer face ao défice global, recorreu-se a financiamentos externos no montante de 29.039 milhões de meticais, totalizando 63.513 milhões de meticais os recursos mobilizados no ano.

Do lado das utilizações, as despesas de funcionamento absorveram 31.983 milhões de meticais, as despesas de investimento 24.661 milhões de meticais e as operações financeiras 4.019 milhões de meticais, totalizando 60.663 milhões de meticais e resultando, portanto, um aumento no saldo dos depósitos bancários do Estado de 2.850 milhões de meticais.

Dado que os saldos das contas do Estado aumentaram nesse valor e os empréstimos internos diminuíram em 370 milhões de meticais, então, o Crédito Interno Líquido ficou favorável ao Tesouro em 3.219 milhões de meticais, conforme se pode ver no Mapa I-1 da II Parte.

No Quadro 2, a seguir, mostra-se, resumidamente, o equilíbrio orçamental alcançado no ano de 2007, em comparação com o orçamentado e o alcançado no ano de 2006:

Quadro 2- Equilíbrio Orçamental em 2006 e 2007
(Em Milhões de Meticais)

	Realização	2007		Taxa Real.	Variação 2006-7 a/
	2006	Orçamento	Realização		
1. Recursos Internos	27,866	33,261	34,474	103.6%	14.4%
1.1 <i>Receitas do Estado</i>	27,794	33,261	34,474	103.6%	14.7%
1.2. <i>Empréstimos Internos</i>	72	0	0		-100.0%
2. Recursos Externos	27,389	39,654	29,039	73.2%	6.8%
2.1. <i>Donativos Externos</i>	18,188	26,845	20,291	75.6%	12.3%
2.2. <i>Empréstimos Externos</i>	9,200	12,809	8,748	68.3%	-4.2%
Total de Recursos	55,255	72,915	63,513	87.1%	10.6%
3. Despesas de Funcionamento	25,809	32,174	31,983	99.4%	14.9%
4. Despesas de Investimento	19,000	34,972	24,661	70.5%	26.7%
4.1 <i>Componente Interna</i>	6,542	9,249	9,236	99.9%	30.5%
4.2 <i>Componente Externa</i>	12,458	25,723	15,425	60.0%	24.7%
5. Operações Financeiras	3,756	5,770	4,019	69.7%	6.7%
5.1 Activas	2,387	4,573	2,833	61.9%	19.1%
5.1.1 <i>Capital Social de Empresas</i>	268	113	65	57.0%	-77.7%
5.1.2 <i>Acordos de Retrocessão</i>	1,964	3,701	2,719	73.5%	39.4%
5.1.3 <i>Outras</i>	155	760	49	6.4%	-71.0%
5.2. Passivas	1,370	1,197	1,186	99.1%	-15.0%
5.2..1 <i>Amortização de Emprést. Internos</i>	286	370	370	100.0%	19.6%
5.2.2 <i>Amortização de Emprést. Externos</i>	1,084	827	817	98.8%	-24.1%
Total de Despesa =(3 +4 +5)	48,566	72,915	60,663	83.2%	18.7%
6. Variação de Saldos	6,689	0	2,850		-48.2%
Total de Utilizações	55,255	72,915	63,513	87.1%	10.6%
Por memória: Crédito Interno Líquido =					
= 1.2 - 5.2.1 - 6	-6,903	-370	-3,219	870.3%	-44.8%

a/- Em termos reais, com inflação média de 8,16% e variação cambial média de -0,7%.

Verifica-se que, enquanto o Orçamento do Estado previa terminar o ano com um Crédito Interno Líquido favorável ao Tesouro em 370 milhões de meticais, a execução saldou-se num Crédito Interno Líquido favorável ao Tesouro em 3.219 milhões de meticais.

Em relação ao ano de 2006 e em termos reais, verifica-se que o total de recursos aumentou em 10,6%, com os recursos internos a aumentarem em 14,4% e os externos em 6,8%, a despesa total aumentou em 18,7%, com preponderância do investimento e forte redução da amortização de

empréstimos externos, resultando numa diminuição da variação de saldos das contas bancárias do Estado em 48,2%.

A seguir apresenta-se a análise detalhada do comportamento das diferentes componentes da execução orçamental em 2007.

3.1 Receitas Cobradas

A cobrança de receitas do Estado em 2007, estimadas em 33.261 milhões de meticais, atingiu 34.474 milhões de meticais, correspondente a 103,6% da previsão, conforme se pode ver no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3- Resumo da Receita Prevista e Cobrada em 2007

Designação	Previsão	Cobrança	
	Em Mil Meticais	Em Mil Meticais	Em % da Previsão
RECEITAS CORRENTES	31,566,957	32,623,559	103.3
Receitas Fiscais	27,910,265	29,509,875	105.7
Impostos sobre o Rendimento	7,555,442	9,271,538	122.7
Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas	3,259,014	4,364,915	133.9
Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	4,249,940	4,859,063	114.3
Imposto Especial s/ o Jogo	46,488	47,560	102.3
Impostos sobre Bens e Serviços	17,221,889	17,224,805	100.0
Imposto sobre o Valor Acrescentado	11,073,278	11,314,020	102.2
<i>Na Importação</i>	<i>4,482,650</i>	<i>4,615,878</i>	<i>103.0</i>
<i>Nas Operações Internas</i>	<i>6,590,628</i>	<i>6,698,142</i>	<i>101.6</i>
Imposto s/ Consumos Espec. de Produção Nacional	1,349,853	1,341,373	99.4
Imposto s/ Consumos Espec. de Produtos Importados	856,085	734,761	85.8
Impostos sobre o Comércio Externo	3,942,673	3,834,651	97.3
Outros Impostos	3,132,933	3,013,532	96.2
Imposto do selo	364,785	321,962	88.3
Imposto Sobre Veículos	39,937	42,188	105.6
Licença de Pesca	108,564	56,957	52.5
Taxa Sobre os Combustíveis	2,255,895	2,258,069	100.1
Outros	363,751	334,355	91.9
Receitas Não Fiscais a/	2,660,979	2,003,072	75.3
Receitas Próprias	995,713	1,110,612	111.5
RECEITAS DE CAPITAL	1,694,175	1,850,071	109.2
TOTAL DAS RECEITAS DO ESTADO	33,261,132	34,473,630	103.6

a/- Incluindo Receitas Consignadas, mas excluindo a parte da Taxa s/ os Combustíveis, que está totalmente classificada em Outros Impostos.

A cobrança de receitas correntes excedeu a previsão em 3,3% e a de receitas de capital em 9,2%. O excedente de cobrança das receitas correntes foi determinado pelas receitas fiscais e explica-se pelo crescimento da actividade económica, conjugado com a melhoria da eficiência da administração fiscal, enquanto o excedente de cobrança das

receitas de capital ficou a dever-se à receitação de parte do produto da concessão de exploração das minas de carvão de Moatize.

No grupo de **Impostos sobre o Rendimento**, a cobrança excedeu a previsão em cerca de 23%, graças, sobretudo, ao IRPC, como resultado de um maior controlo dos prazos de gozo de benefícios fiscais, trabalhos de verificação e correcção da Declaração Anual de Rendimentos e controlo da entrega do imposto devido sobre os pagamentos a entidades não residentes.

No grupo de **Impostos sobre Bens e Serviços**, a cobrança atingiu a previsão, tendo a cobrança do IVA registado um excedente de 2,2%, enquanto as cobranças dos outros impostos deste grupo ficaram ligeiramente abaixo.

No grupo de **Outros Impostos**, a cobrança não atingiu a previsão em cerca de 4%, devido, principalmente, a quebras registadas no Imposto do Selo, resultante da redução da frequência dos actos a ele sujeitos, e em Licenças de Pesca, dado o agravamento dos custos de operação, em consequência do qual algumas embarcações de pesca industrial e semi-industrial não entraram na faina.

A cobrança de **Receitas Não Fiscais** ficou abaixo da previsão em cerca de 24%, por influência de uma multiplicidade de taxas.

As **Receitas Próprias** excederam a previsão em 11,5%, devido ao trabalho de recuperação e contabilização das receitas cobradas e utilizadas pelas instituições do Estado.

Conforme já se referiu, a receita total do Estado em 2007, em termos do PIB, cresceu em 1,4 pontos percentuais em relação ao ano anterior, passando de 15,7% para 17,1%, como se pode ver no Quadro 4, a seguir:

Quadro 4- Cobrança de Receitas em 2006 e 2007 em Comparação com o PIB

Designação	Cobrança em 2006		Cobrança em 2007	
	Em Mil Meticais	Em % do PIB	Em Mil Meticais	Em % do PIB
RECEITAS CORRENTES	26,579,541	15.0	32,623,559	16.2
Receitas Fiscais	23,407,484	13.2	29,509,875	14.6
Impostos sobre o Rendimento	6,351,397	3.6	9,271,538	4.6
Imposto s/ o Rendimento de Pessoas Colectivas	2,535,518	1.4	4,364,915	2.2
Imposto s/ o Rendimento de Pessoas Singulares	3,784,358	2.1	4,859,063	2.4
Imposto Especial s/ o Jogo	31,521	0.0	47,560	0.0
Impostos sobre Bens e Serviços	14,490,129	8.2	17,224,805	8.6
Imposto sobre o Valor Acrescentado	9,385,025	5.3	11,314,020	5.6
<i>Na Importação</i>	5,687,439	3.2	4,615,878	2.3
<i>Nas Operações Internas</i>	3,697,585	2.1	6,698,142	3.3
Imposto s/ Con. Espec. de Produção Nacional	1,122,226	0.6	1,341,373	0.7
Imposto s/ Con. Espec. de Produtos Importados	696,435	0.4	734,761	0.4
Imposto sobre o Comércio Externo	3,286,443	1.9	3,834,651	1.9
Outros Impostos	2,565,958	1.5	3,013,532	1.5
Imposto do selo	214,213	0.1	321,962	0.2
Imposto Sobre Veículos	39,708	0.0	42,188	0.0
Licença de Pesca	41,248	0.0	56,957	0.0
Taxa Sobre os Combustíveis	1,828,556	1.0	2,258,069	1.1
Outros	442,233	0.3	334,355	0.2
Receitas Não Fiscais a/	1,559,734	0.9	2,003,072	1.0
Receitas Próprias	1,612,323	0.9	1,110,612	0.6
RECEITAS DE CAPITAL	1,214,541	0.7	1,850,071	0.9
TOTAL DAS RECEITAS DO ESTADO	27,794,082	15.7	34,473,630	17.1
P/ memória: PIB (milhões de meticais)	176,804		201,437	

a/- Incluindo Receitas Consignadas, mas excluindo a parte da Taxa s/ os Combustíveis, que está totalmente classificada em Outros Impostos.

Verifica-se que, em relação ao ano de 2006 e em percentagem do PIB, com excepção de Receitas Próprias, todas as rubricas de receita aumentaram ou mantiveram o mesmo nível de cobrança.

A cobrança de **Impostos sobre o Rendimento** aumentou em 1 ponto percentual em relação ao PIB, devido tanto ao IRPC como ao IRPS.

Contribuíram para este desempenho:

- Trabalhos de sensibilização e esclarecimento aos contribuintes sobre as obrigações fiscais;
- Tratamento atempado das Declarações de Rendimento em sede do IRPS (M/10) e respectiva notificação para o pagamento dos montantes devidos;
- Maior controlo dos prazos de gozo de benefícios fiscais;
- Trabalhos de verificação e correcção da Declaração de Informação Contabilística e Fiscal (M/20) e Declaração Anual de Rendimentos de IRPC (M/22);
- Trabalhos de fiscalização e auditoria, bem como o controlo da entrega das prestações do pagamento especial por conta e pagamento por conta, em sede do IRPC;
- Articulação com o Banco de Moçambique, no controlo da entrega do imposto devido sobre os pagamentos a não residentes.

A cobrança dos **Impostos sobre Bens e Serviços** aumentou em 0,4 pontos percentuais do PIB, devido ao IVA nas operações internas e ao Imposto s/ Consumo Específico de Produção Nacional, em consequência, sobretudo, das seguintes acções:

- Verificação e correcção dos créditos sistemáticos apresentados pelas empresas;
- Maior controlo dos sujeitos passivos faltosos; e
- Implementação do controlo das mercadorias em circulação.

A cobrança de **Receitas Não Fiscais** aumentou em 0,1 pontos percentuais do PIB, devido a Taxas Diversas de Serviços e várias outras taxas.

A cobrança de **Receitas de Capital** aumentou em 0,2 pontos percentuais do PIB, por influência da Receita de Concessões, constituída pela receitação da entrada de parte do produto da concessão de exploração do carvão de Moatize.

Por outro lado, os **Benefícios Fiscais**, concedidos durante o ano, atingiram o montante global de 6.861 milhões de meticais, tendo aumentado em 109% em relação ao ano anterior, como se pode constatar no quadro seguinte:

(Em Mil Meticais)

	Em 2006	Em 2007	Variacão a/
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	517,434	3,967,212	608.9%
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	173	869	363.9%
Direitos Aduaneiros	822,854	922,957	13.0%
Imposto s/ Consumos Espec. de Produtos Importados	271,819	112,835	-58.2%
Imposto sobre o Valor Acrescentado (na importação)	1,534,304	1,857,134	21.9%
Total	3,146,583	6,861,007	109.2%

a/- Variação em termos reais, com inflação média de 8,16% e variação cambial média de -0,7%.

Os aumentos registados nos Benefícios Fiscais em IRPC e IRPS resultaram do crescimento de rendimentos, nomeadamente, do crescimento dos resultados do exercício das empresas Mozal, CFM e Mcel e do Banco Internacional de Moçambique.

Quanto aos impostos devidos na importação, os benefícios aduaneiros ascenderam a 2.893 milhões de meticais, contra 2.629 milhões de meticais em 2006, o que representou um aumento de 10,8%, em termos reais, e 31,5% da cobrança dos impostos incidentes sobre as operações de comércio externo em 2007.

No que se refere ao movimento dos créditos do Estado por receitas, conforme se mostra no Mapa I-6 da II Parte (Movimento de Conhecimentos de Cobrança), o saldo inicial dos conhecimentos de cobrança era de 1.320 milhões de meticais, foram debitados 52 milhões de meticais, cobrados 21 milhões de meticais e anulados 78 milhões de meticais, durante o ano, resultando um saldo final de 1.273 milhões de meticais, com a distribuição por impostos e taxas que se apresenta no Anexo Informativo 5-b.

O Movimento dos Valores Selados nas Recebedorias, constituídos por letras seladas e impressão, conforme se mostra no Mapa I-7, apresentava um saldo inicial de 64 mil meticais, entraram 1.014 mil meticais, venderam-se 19 mil meticais e foram devolvidos ou anulados mil meticais, durante o ano, ficando um saldo final de 1.058 mil meticais.

3.2 Despesas Realizadas

3.2.1 Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento liquidadas no exercício de 2007 atingiram 31.982 milhões de meticais, equivalente a 99,4% do limite orçamental e cresceram, em termos reais, em 14,9%, em relação ao ano anterior.

No Quadro 5 apresenta-se o resumo das despesas de funcionamento em 2007, segundo a classificação económica, em comparação com os limites orçamentais e a realização em 2006:

Quadro 5- Despesas de Funcionamento em 2007, em Comparação com a Dotação Orçamental e a Realização em 2006 (Em Milhões de Meticais)

Classificação Económica	Realização 2006	Orçamento 2007	Realização 2007	Taxa de Realiz.	Variação 2006/07 a/
Despesas com o Pessoal	12,983	15,999	15,996	100.0%	13.9%
<i>Salários e Remunerações</i>	12,051	14,619	14,619	100.0%	12.2%
<i>Outras Despesas com o Pessoal</i>	932	1,379	1,376	99.8%	36.6%
Bens e Serviços	5,774	6,607	6,599	99.9%	5.7%
Encargos da Dívida	1,391	1,326	1,276	96.2%	-12.3%
<i>Juros Internos</i>	935	889	872	98.1%	-13.7%
<i>Juros Externos</i>	456	437	403	92.2%	-11.0%
Transferências Correntes	4,555	5,983	5,902	98.6%	21.4%
<i>Transferências a Admin. Públicas</i>	931	1,088	1,087	99.9%	14.6%
<i>Transferências a Admin. Privadas</i>	183	258	258	100.0%	30.4%
<i>Transferências a Famílias</i>	3,347	4,509	4,429	98.2%	22.3%
<i>Transferências ao Exterior</i>	94	128	128	99.7%	36.7%
Subsídios a Empresas	312	378	345	91.2%	2.0%
Outras Despesas Correntes	698	1,665	1,654	99.3%	119.1%
Exercícios Findos	4	12	9	73.4%	112.0%
Despesas de Capital	103	203	202	99.4%	81.3%
Total	25,820	32,174	31,982	99.4%	14.9%

a/- Variação em termos reais, com inflação de 8,16% e variação cambial média de -0,7%.

Em relação ao ano anterior, registou-se um crescimento de 14,9%, em termos reais, resultante da contribuição de todas as rubricas, excepto Encargos da Dívida.

O crescimento registado esteve em consonância com a orçamentação, convindo realçar o de Outras Despesas Correntes, em 119%, que se explica pelas despesas extraordinárias provocadas pelas calamidades naturais e explosão do Paiol de Malhazine, bem como pelas despesas com o recenseamento eleitoral, as quais foram acomodadas pelo orçamento rectificativo.

A diminuição dos Encargos da Dívida ficou a dever-se, tanto aos Juros Internos, por não ter havido utilização de Bilhetes do Tesouro pelo Estado, em 2007, como aos Juros Externos, em consequência do perdão e cancelamento de parte da dívida externa e baixa das taxas de câmbio em relação às utilizadas na orçamentação.

Em termos de repartição da despesa de funcionamento por âmbitos, em comparação com as respectivas dotações, pode-se ver no Quadro 5a, a seguir, que o âmbito central absorveu 53,8% do total gasto, o âmbito provincial 43,4%, o âmbito distrital 1,8% e o âmbito autárquico 0,9%, proporções estas sensivelmente iguais às orçamentadas.

Quadro 5a- Despesa de Funcionamento por Âmbito e Fonte de Recursos
(Em Milhões de Meticais)

Fonte de Recursos	Âmbito Central	Âmbito Provincial	Âmbito Distrital	Âmbito Autárq.	Total	(%)	Orçamento	(%)
Receitas Ordinárias	16,982	13,860	557	291	31,690	99.1	31,878	99.1
Receitas Consignadas	175	28	0	0	203	0.6	203	0.6
Receitas Próprias	62	1	27	0	89	0.3	92	0.3
Total	17,219	13,888	584	291	31,982	100.0	32,174	100.0
(%)	53.8%	43.4%	1.8%	0.9%	100.0%			
Orçamento	17,382	13,909	592	291	32,174			
(%)	54.0%	43.2%	1.8%	0.9%	100.0%			

Em termos de repartição por fonte de recursos, também se verifica no mesmo quadro que a despesa de funcionamento foi financiada em 99,1% por receitas ordinárias, 0,6% por receitas consignadas e 0,3% por receitas próprias, exactamente como foi orçamentado.

3.2.1.1 Despesa de Funcionamento por Âmbitos

A repartição da despesa de funcionamento por âmbitos, em comparação com as dotações e a realização em 2006, está resumida no Quadro 5b, salientando-se as diferentes províncias e administrações distritais por província:

**Quadro 5b- Despesa de Funcionamento por Âmbito, em Comparação
com a Dotação e a Realização em 2006**

(Em Milhões de Meticais)

Classifi- cação Territorial	Ano 2006			Ano 2007			Variação 2006/07 a/
	Orça- mento	Realí- zação	Taxa (%)	Orça- mento	Realí- zação	Taxa (%)	
Âmbito Central	14,798.3	14,168.2	95.7	17,382.1	17,219.1	99.1	13.1%
Âmbito Provincial	11,075.9	10,866.4	98.1	13,908.6	13,888.3	99.9	18.2%
Niassa	770.1	755.5	98.1	951.4	949.9	99.8	16.2%
Cabo Delgado	1,099.5	1,084.1	98.6	1,752.9	1,748.7	99.8	49.1%
Nampula	1,538.5	1,511.9	98.3	1,950.9	1,949.7	99.9	19.2%
Zambézia	1,207.3	1,165.3	96.5	1,509.5	1,508.4	99.9	19.7%
Tete	964.1	943.7	97.9	1,188.3	1,184.7	99.7	16.1%
Manica	902.3	889.1	98.5	1,098.8	1,096.4	99.8	14.0%
Sofala	1,234.0	1,203.3	97.5	1,449.5	1,448.3	99.9	11.3%
Inhambane	792.0	780.9	98.6	936.9	936.3	99.9	10.9%
Gaza	795.7	786.3	98.8	953.1	950.4	99.7	11.7%
Maputo	813.9	802.7	98.6	983.1	982.4	99.9	13.1%
Cidade de Maputo	958.5	943.6	98.4	1,134.2	1,133.3	99.9	11.0%
Âmbito Distrital	600.8	525.4	87.5	592.4	584.2	98.6	2.8%
Distritos de Niassa	35.0	32.9	94.0	41.5	41.3	99.3	16.1%
Distritos de Cabo Delgado	47.4	44.3	93.4	61.2	60.4	98.7	26.2%
Distritos de Nampula	199.1	179.0	89.9	184.0	182.8	99.3	-5.6%
Distritos da Zambézia	74.5	49.4	66.3	59.3	57.5	97.0	7.6%
Distritos de Tete	38.6	34.0	88.0	48.2	47.4	98.3	28.9%
Distritos de Manica	31.2	26.2	83.8	27.0	26.5	98.3	-6.3%
Distritos de Sofala	63.0	57.9	92.0	61.0	60.1	98.5	-4.1%
Distritos de Inhambane	35.9	34.4	95.7	34.6	33.8	97.7	-9.2%
Distritos de Gaza	33.9	30.1	88.9	33.5	32.8	98.0	0.6%
Distritos de Maputo	42.2	37.3	88.5	42.1	41.7	98.9	3.3%
Âmbito Autárquico	260.1	260.1	100.0	290.5	290.5	100.0	3.3%
Total	26,735.1	25,820.1	96.6	32,173.5	31,982.0	99.4	14.9%

a/- Variação em termos reais, com inflação média de 8,16% e variação cambial média de -0,7%.

Verifica-se que as taxas de realização melhoraram em 2007, sobretudo no âmbito distrital, que passou de 87,5% para 98,6%, e registaram-se crescimentos, em termos reais, em todos os âmbitos, sendo o maior no âmbito provincial, 18,2%, com destaque para Cabo Delgado, 49,1%, e o menor no âmbito distrital, 2,8%, com diminuições nos distritos das províncias de Nampula, Manica, Sofala e Inhambane, devido a fraca cobrança de receitas próprias que deveriam cobrir parte das despesas orçamentadas.

3.2.2 Despesas de Investimento

A despesa de investimento para 2007 foi orçamentada em 34.972 milhões de meticais, sendo 9.249 milhões de meticais de financiamento interno e 25.723 milhões de meticais de financiamento externo.

A realização situou-se em 24.661 milhões de meticais, equivalente a 70,5% do valor orçamentado, sendo 9.236 milhões de meticais de financiamento interno e 15.425 milhões de meticais de financiamento externo, equivalentes a cerca de 100% e 60% dos valores orçamentados, respectivamente.

Em relação ao ano de 2006, registou-se um aumento, em termos reais, de cerca de 27%, sendo de 30,5% na componente interna e 25% na componente externa (aumento de 54% em donativos e diminuição de 21% em créditos), com os Fundos Comuns aumentando em 33%, conforme se mostra no Quadro 6, a seguir:

Quadro 6- Investimento por Origem e Modalidade do Financiamento, em Comparação com a Dotação e a Realização no Ano Anterior (Em Milhões de Meticais)

	Realização 2006	Orçamento 2007	Realização 2007	Taxa Realiz.	Variação 2006/07 a/
COMPONENTE INTERNA	6,542	9,249	9,236	99.9%	30.5%
COMPONENTE EXTERNA	12,458	25,723	15,425	60.0%	24.7%
Donativos	7,623	19,286	11,632	60.3%	53.7%
Fundo Comum PROAGRI	643	1,396	842	60.3%	31.8%
Fundo Comum FASE	974	2,150	1,771	82.4%	83.2%
Fundo Comum PROSAÚDE	1,126	1,013	1,007	99.4%	-10.0%
Fundo Comum SAUPROV	461	670	663	98.9%	44.7%
Fundo Comum de Medicamentos	846	1,247	1,246	99.9%	48.3%
Fundo Comum HIV/SIDA	210	284	235	82.8%	12.6%
Fundo Comum UTRAFE	279	408	408	100.0%	47.3%
Outros Fundos	3,084	12,117	5,460	45.1%	78.3%
Créditos	4,836	6,437	3,793	58.9%	-21.0%
Fundo Comum PROAGRI b/	155	0	28		-81.8%
Acordos de Retrocessão	361	749	542	72.4%	51.2%
Outros Fundos	4,320	5,688	3,223	56.7%	-24.9%
Total	19,000	34,972	24,661	70.5%	26.7%

a/- Variação em termos reais, com inflação média de 8,16% e variação cambial média de -0,7%.

b/- Em 2006, financiamento IDA e NDF; em 2007, financiamento NDF.

O baixo nível de execução registado na componente externa explica-se tanto por quebras e atrasos nos desembolsos, como por atrasos na implementação dos projectos, originados pela assinatura tardia dos acordos de financiamento, o que se verificou, sobretudo, com Outros Fundos, isto é, fundos de proveniência bilateral, bem como por falta de informação sobre despesas pagas directamente por doadores, muitas vezes através de ONG's.

Pode-se apurar que o investimento financiado por Fundos Comuns representou 40% do total da componente externa e 53% dos donativos, respectivamente. Salienta-se esta modalidade de financiamento externo, porque se destina a investimentos nos sectores considerados prioritários para a redução da pobreza absoluta e por ser disponibilizada através da Conta Única do Tesouro, o que permite a sua utilização e maior controlo nos termos regulamentares.

Em termos de repartição da despesa de investimento por âmbitos, em comparação com as respectivas dotações, pode-se ver no Quadro 6a, a seguir, que o âmbito central absorveu 85,2% do total gasto, contra 83,2% orçamentado, o âmbito provincial 9,4%, contra 12,4% orçamentado, o âmbito distrital 4,2%, contra 3,5% orçamentado, e o âmbito autárquico 1,2%, contra 0,9% orçamentado:

Quadro 6a - Investimento por Âmbito e Fonte de Recursos
(Em Milhões de Meticais)

	Âmbito Central	Âmbito Provincial	Âmbito Distrital	Âmbito Autárq.	Total	(%)	Orçamento	(%)
Receitas Ordinárias	5,656	881	1,008	207	7,751	31.4	7,763	22.2
Receitas Consignadas	1,410	0	0	0	1,410	5.7	1,411	4.0
Receitas Próprias	74	0	0	0	74	0.3	75	0.2
Donativos Ext. em Moeda	8,324	1,342	14	0	9,680	39.3	15,748	45.0
Donativos Ext. em Espécie	1,814	92	7	0	1,913	7.8	3,538	10.1
Créditos Ext. em Moeda	3,731	0	0	101	3,832	15.5	6,437	18.4
Total	21,009	2,315	1,029	308	24,661	100.0	34,972	100.0
(%)	85.2%	9.4%	4.2%	1.2%	100.0%			
Orçamento	29,080	4,340	1,224	328	34,972			
(%)	83.2%	12.4%	3.5%	0.9%	100.0%			

Em termos de repartição por fonte de recursos, verifica-se que o investimento foi financiado em 31,4% por receitas ordinárias, contra 22,2% orçamentado, 5,7% por receitas consignadas, contra 4% orçamentado, 0,3% por receitas próprias, contra 0,2% orçamentado, 47,1% por donativos externos, contra 55,1% orçamentado, e 15,5% por créditos externos, contra 18,4% orçamentado.

3.2.2.1 Despesa de Investimento por Âmbitos

A repartição da despesa de investimento por âmbitos, em comparação com as dotações e a realização em 2006, está resumida no Quadro 6b (componente interna) e no Quadro 6c (componente externa), salientando-se as diferentes províncias e administrações distritais por província:

Quadro 6b- Componente Interna do Investimento por Âmbito, em Comparação com a Dotação e a Realização em 2006
(Em Milhões de Meticais)

Classificação Territorial	Ano 2006			Ano 2007			Variação 2006/07 a/
	Orçamento	Realização	Taxa (%)	Orçamento	Realização	Taxa (%)	
Âmbito Central	4,749.1	4,728.1	99.6	7,145.8	7,140.4	99.9	39.6%
Âmbito Provincial	748.3	747.6	99.9	886.4	881.2	99.4	9.0%
Niassa	67.6	67.6	100.0	73.5	73.4	100.0	0.4%
Cabo Delgado	57.3	57.3	100.0	74.3	74.2	99.9	19.8%
Nampula	137.8	137.8	100.0	137.2	137.2	100.0	-7.9%
Zambézia	82.0	82.0	100.0	108.5	108.0	99.5	21.9%
Tete	79.1	79.1	100.0	112.8	111.7	99.0	30.6%
Manica	46.8	46.2	98.8	49.3	49.2	99.9	-1.5%
Sofala	88.5	88.4	99.9	112.7	112.6	100.0	17.8%
Inhambane	52.0	52.0	100.0	54.9	54.3	98.9	-3.4%
Gaza	55.3	55.3	100.0	63.3	61.2	96.7	2.3%
Maputo	49.1	49.1	99.9	56.8	56.2	98.9	5.8%
Cidade de Maputo	32.9	32.9	100.0	43.2	43.2	100.0	21.3%
Âmbito Distrital	895.2	895.2	100.0	1,009.8	1,008.0	99.8	4.1%
Distritos de Niassa	102.9	102.9	100.0	110.7	110.7	100.0	-0.5%
Distritos de Cabo Delgado	111.6	111.6	100.0	121.1	121.1	100.0	0.4%
Distritos de Nampula	140.0	140.0	100.0	166.7	166.7	100.0	10.1%
Distritos da Zambézia	112.0	112.0	100.0	129.5	129.5	100.0	6.9%
Distritos de Tete	84.0	84.0	100.0	88.8	86.9	97.9	-4.2%
Distritos de Manica	63.0	63.0	100.0	70.0	70.0	100.0	2.7%
Distritos de Sofala	76.5	76.5	100.0	90.3	90.3	100.0	9.1%
Distritos de Inhambane	82.3	82.3	100.0	93.5	93.5	100.0	5.1%
Distritos de Gaza	73.9	73.9	100.0	85.7	85.7	100.0	7.2%
Distritos de Maputo	49.0	49.0	100.0	53.6	53.6	100.0	1.1%
Âmbito Autárquico	173.9	171.2	98.4	206.8	206.8	100.0	11.7%
Total	6,566.4	6,542.0	99.6	9,248.8	9,236.3	99.9	30.5%

a/- Variação em termos reais, com inflação média de 8,16%.

Constata-se que se registaram crescimentos, em termos reais, em todos os âmbitos, sendo o maior no âmbito central, 39,6%, e o menor no âmbito distrital, 4,1%.

No que se refere à repartição do investimento financiado externamente pelos diferentes âmbitos, pode-se observar um forte crescimento no âmbito provincial, 253%, contrastando com um forte decréscimo no âmbito distrital, de cerca de 70%. O elevado crescimento no âmbito provincial explica-se pela descentralização da execução dos Fundos Comuns PROAGRI (programas no sector da agricultura) e FASE (programas no sector da educação). O decréscimo no âmbito distrital explica-se pela falta de desembolso dos fundos programados e pela falta de informação das despesas realizadas com fundos que não transitam pela Conta Única do Tesouro.

Quadro 6c- Componente Externa do Investimento por Âmbito, em Comparação com a Dotação e a Realização em 2006
(Em Milhões de Meticais)

Classificação Territorial	Ano 2006			Ano 2007			Variação 2006/07 a/
	Orçamento	Realização	Taxa (%)	Orçamento	Realização	Taxa (%)	
Âmbito Central	14,013.0	11,980.3	85.5	21,933.9	13,869.3	63.2	16.6%
Âmbito Provincial	998.5	408.7	40.9	3,441.7	1,434.5	41.7	253.4%
Niassa	82.8	74.2	89.7	297.1	203.2	68.4	175.8%
Cabo Delgado	68.4	21.6	31.5	366.5	138.8	37.9	548.2%
Nampula	69.5	45.6	65.6	183.7	168.8	91.9	273.0%
Zambézia	88.5	25.6	29.0	605.8	157.3	26.0	518.7%
Tete	155.8	60.6	38.9	375.2	105.7	28.2	75.8%
Manica	107.1	42.6	39.8	333.0	89.4	26.8	111.3%
Sofala	141.9	42.7	30.1	332.2	194.7	58.6	358.9%
Inhambane	98.2	51.5	52.4	439.2	175.8	40.0	243.8%
Gaza	61.1	22.4	36.7	240.1	86.8	36.2	289.9%
Maputo	77.3	20.4	26.3	225.5	94.4	41.9	367.1%
Cidade de Maputo	48.0	1.6	3.4	43.4	19.7	45.3	1102.4%
Âmbito Distrital	209.8	69.3	33.0	226.0	20.8	9.2	-69.8%
Distritos de Niassa	103.9	65.6	63.1	0.0	0.0		-100.0%
Distritos de Cabo Delgado	0.0	0.0		0.0	0.0		
Distritos de Nampula	105.9	3.7	3.5	23.8	7.0	29.5	90.2%
Distritos da Zambézia	0.0	0.0		144.2	0.0	0.0	
Distritos de Tete	0.0	0.0		22.0	0.0	0.0	
Distritos de Manica	0.0	0.0		0.0	0.0		
Distritos de Sofala	0.0	0.0		36.0	13.8	38.3	
Distritos de Inhambane	0.0	0.0		0.0	0.0		
Distritos de Gaza	0.0	0.0		0.0	0.0		
Distritos de Maputo	0.0	0.0		0.0	0.0		
Âmbito Autárquico	0.0	0.0		121.4	100.7	83.0	
Total	15,221.4	12,458.4	81.8	25,723.0	15,425.3	60.0	24.7%

a/- Variação em termos reais, com variação cambial de -0,7%.

3.2.3 Despesa dos Sectores Prioritários que integram o PARPA

O total das despesas de funcionamento e investimento dos sectores que integram o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) atingiu 34.188 milhões de meticais, o que corresponde a cerca de 62% da despesa total, excluindo Encargos da Dívida, conforme se mostra a seguir no Quadro 7, em comparação com o orçamentado e a realização no ano de 2006:

Quadro 7 - Despesas Totais dos Sectores Prioritários do PARPA
(Estrutura Percentual em Comparação com a Dotação)

(Em Milhões de Meticais)

Sectores/Instituições Prioritários	Realização 2006		Orçamento 2007		Realização 2007		Taxa Realiz. (%)	Variação 2006/07 a/
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso		
Educação	8,797	20.3	13,280	20.2	11,950	21.6	90.0	28.7%
Ensino Geral	7,690	17.7	11,734	17.8	10,568	19.1	90.1	30.4%
Ensino Superior	1,106	2.5	1,546	2.3	1,381	2.5	89.4	16.6%
Saúde	6,048	13.9	9,097	13.8	7,405	13.4	81.4	18.9%
Sistema de Saúde	5,560	12.8	8,555	13.0	6,912	12.5	80.8	20.5%
HIV/SIDA	488	1.1	542	0.8	492	0.9	90.8	0.5%
Infraestruturas	7,298	16.8	10,447	15.9	7,826	14.1	74.9	3.6%
Energia/Recursos Minerais	251	0.6	947	1.4	667	1.2	70.4	154.6%
Estradas	5,073	11.7	5,852	8.9	5,189	9.4	88.7	-1.3%
Águas	1,694	3.9	3,280	5.0	1,606	2.9	49.0	-7.2%
Obras Públicas	280	0.6	368	0.6	365	0.7	99.2	22.0%
Agricultura e Desenv. Rural	1,989	4.6	2,782	4.2	2,067	3.7	74.3	1.7%
Boa Governação	3,534	8.1	4,891	7.4	4,433	8.0	90.6	17.6%
Segurança/Ordem Pública	1,912	4.4	2,145	3.3	2,145	3.9	100.0	3.7%
Administração Pública	694	1.6	1,506	2.3	1,161	2.1	77.1	63.0%
Sistema Judicial	928	2.1	1,240	1.9	1,127	2.0	90.8	12.2%
Outros Sectores Prioritários	412	0.9	514	0.8	507	0.9	98.6	13.9%
Acção Social	269	0.6	353	0.5	349	0.6	98.8	19.7%
Trabalho e Emprego	142	0.3	161	0.2	158	0.3	98.1	2.9%
Total Sectores/Inst. Prior.	28,077	64.6	41,011	62.3	34,188	61.7	83.4	16.5%
Restantes Sectores	15,352	35.4	24,808	37.7	21,180	38.3	85.4	30.3%
Despesa Total Sem Enc. Dívida	43,429	100.0	65,819	100.0	55,368	100.0	84.1	21.4%
Encargos da Dívida	1,391		1,326		1,276		96.2	-12.3%
Despesa Total	44,821		67,145		56,643		84.4	20.4%

a/- Em termos reais, com inflação média de 8,16% e variação cambial média de -0,7%.

Verifica-se que as maiores fatias da despesa couberam aos sectores de Educação, 21,6%, Infra-estruturas, 14,1%, Saúde, 13,4% e Boa Governação (Segurança e Ordem Pública, Administração Pública e Sistema Judicial), 8%.

Verifica-se, também, que da parte destinada aos sectores prioritários, isto é, 34.188 milhões de meticais, os sectores de Educação e Saúde absorveram 19.355 milhões de meticais, equivalente a 57% daquele valor.

Em relação ao ano anterior, a despesa total efectuada nos sectores prioritários aumentou em 16,5%, em termos reais, com destaque para os sectores de Educação, 28,7%, Saúde, 18,9% e Boa Governação, 17,6%.

3.3 Operações Financeiras

As operações financeiras realizadas no exercício de 2007, no âmbito do Orçamento do Estado, totalizaram 4.018,9 milhões de meticais, correspondente a 69,7% do valor orçamentado e aumentaram em 8,6% em termos reais, em relação ao ano anterior, conforme se apresenta no Mapa V da II Parte e se resume aqui no Quadro 8:

Quadro 8 - Operações Financeiras, Segundo a Classificação Económica, em Comparação com a Dotação e a Realização em 2006 (Em Milhões de Meticais)

Classificação Económica	Ano 2006			Ano 2007			Variação 2006/07 a/
	Orçamento	Realização	Taxa de Realiz.	Orçamento	Realização	Taxa de Realiz. b/	
Operações Activas	2,444.5	2,327.9	95.2%	4,573.3	2,832.5	61.9%	22.1%
Capital Social de Empresas	267.6	267.6	100.0%	113.3	64.5	57.0%	-77.7%
Empréstimos de Retrocessão b/	2,021.8	1,963.9	97.1%	3,700.5	2,719.3	73.5%	39.4%
Outras Operações Activas	155.1	96.4	62.1%	759.5	48.7	6.4%	-53.3%
Operações Passivas	1,913.1	1,362.6	71.2%	1,196.6	1,186.4	99.1%	-14.6%
Empréstimos Externos	1,093.5	1,075.2	98.3%	826.7	816.5	98.8%	-23.5%
Empréstimos Internos	819.6	287.5	35.1%	369.9	369.9	100.0%	19.0%
Total	4,357.6	3,690.6	84.7%	5,769.9	4,018.9	69.7%	8.6%

a/- Em termos reais, com inflação média de 8,16% e variação cambial média de -0,7%.

b/- Inclui também Ajuda Alimentar em dívida, em 31/12/2007 (27.7).

3.3.1 Operações Financeiras Activas

As operações financeiras activas, realizadas no âmbito do Orçamento do Estado, totalizaram 2.832,5 milhões de meticais, correspondente a cerca de 62% do valor orçamentado e aumentaram em 22% em relação ao ano anterior, em termos reais, consistindo em:

- aumento da participação do Estado no capital da empresa Linhas Aéreas de Moçambique, por cerca de 64,5 milhões de meticais;
- créditos concedidos por utilização de fundos externos com Acordos de Retrocessão, a empresas públicas e instituições autónomas 1/, por 2.692,2 milhões de meticais, bem como com a ajuda alimentar recebida, por 27,1 milhões de meticais;
- saneamentos financeiros em empresas participadas pelo Estado, por cerca de 48,7 milhões de meticais (Texmoque e Loumar).

Em contrapartida destas operações financeiras activas realizadas no âmbito do Orçamento do Estado, registaram-se os seguintes reembolsos e variações de valor das participações no capital de empresas, conforme se apresenta no Mapa I-2 da II Parte:

- reembolsos de créditos por Acordos de Retrocessão ^{2/}, por 93 milhões de meticais;
- reembolsos de diversos créditos do Tesouro ^{2/}, por cerca de 133 milhões de meticais;
- variações negativas nas participações no capital de empresas, por cerca de 49 milhões de meticais.

Por outro lado, registaram-se as seguintes operações financeiras realizadas no âmbito do sector público empresarial, pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) e na empresa pública Electricidade de Moçambique, de que resultaram os seguintes movimentos nos activos financeiros do Estado, constantes do Mapa I-2:

- aumento do capital da empresa pública Electricidade de Moçambique, por 2.571 milhões de meticais , em contrapartida de créditos do Estado por Acordos de Retrocessão;

¹ /- Constantes da relação do Anexo Informativo 5.

² /- Constantes da relação do Anexo Informativo 5-a.

- aumento de participações no capital de empresas, por 19.800 milhões de meticais, sendo 19.107 milhões de meticais referente à Hidroeléctrica de Cahora Bassa e 579 milhões de meticais a várias empresas geridas pelo IGEPE;
- alienações de participações do Estado no capital de empresas, por cerca de 172 milhões de meticais;
- variações negativas nas participações no capital de algumas empresas, por cerca de 26 milhões de meticais;
- variações negativas nos créditos por Acordos de Retrocessão sobre a Electricidade de Moçambique, por 2.571 milhões de meticais, através da operação de aumento de capital referida acima.

Assim, as operações financeiras activas líquidas totalizaram 22.046 milhões de meticais, pelo que os activos financeiros do Estado passaram de 16.635 milhões de meticais, em 31 de Dezembro de 2006, para 38.682 milhões de meticais, em 31 de Dezembro de 2007.

3.3.2 Operações Financeiras Passivas

As operações financeiras passivas, ou seja, as amortizações da dívida pública, ascenderam a 1.186,4 milhões de meticais, correspondente a 99% do valor orçamentado e diminuíram em 14,6% em termos reais, em relação ao ano anterior.

As amortizações da dívida externa foram de 816,5 milhões de meticais para a dívida externa e 369,9 milhões de meticais para a dívida interna, sendo as variações em relação ao ano anterior, em termos reais, de uma diminuição em 23,5% e um aumento em 19%, respectivamente. A diminuição das amortizações da dívida externa explica-se pelo cancelamento e perdão de parte da dívida e apreciação do metical, enquanto o aumento das amortizações da dívida interna resultou do aumento das prestações vincendas em 2007 das Obrigações do Tesouro e da dívida assumida pelo Estado.

As amortizações da dívida externa tiveram a seguinte distribuição por grupo de credores:

(Em mil meticais)

Bilateral	260.276
Multilateral	556.230
Total	816.506

As amortizações da dívida interna consistiram em:

- amortizações de Obrigações do Tesouro, por 325,3 milhões de meticais;
- amortizações de Dívida Assumida pelo Estado, por 44,6 milhões de meticais.

3.4 Financiamento do Orçamento do Estado

No ano de 2007, o Orçamento do Estado foi financiado em 52,6%, por recursos internos e 47,4% por recursos externos, sendo os recursos internos constituídos unicamente por receita do Estado e os recursos externos apresentando a distribuição por fontes e modalidades constantes do Mapa II-6 da II Parte, o que se resume a seguir, no Quadro 9, em comparação com o registado em 2006:

Quadro 9- Financiamento Global do Orçamento do Estado em 2007, em Comparação com 2006
(Em Mil Meticais)

Naturezas	2006		2007	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Receita do Estado	27,794,082	58.9%	34,473,630	58.0%
Donativos Externos	18,188,300	38.5%	20,290,888	34.1%
Contravalores Não Consignados	9,513,378	20.2%	8,039,537	13.5%
Contravalores Consignados a Projectos	6,446,742	13.7%	9,763,562	16.4%
Em Espécie a Projectos	1,673,013	3.5%	2,092,070	3.5%
Para Acordos de Retrocessão	555,167	1.2%	395,718	0.7%
Empréstimos Externos Líquido	8,116,665	17.2%	7,931,724	13.3%
Contravalores Não Consignados	3,110,905	6.6%	2,659,414	4.5%
Contravalores Consignados a Projectos	2,255,605	4.8%	2,179,424	3.7%
Em Espécie a Projectos	2,425,176	5.1%	1,585,768	2.7%
Para Acordos de Retrocessão	1,408,727	3.0%	2,323,624	3.9%
- Amortizações	-1,083,747	-2.3%	-816,506	-1.4%
Crédito Interno Líquido	-6,902,582	-14.6%	-3,219,425	-5.4%
Total	47,196,465	100.0%	59,476,818	100.0%

A estrutura do financiamento alterou-se, de 2006 para 2007, tendo os recursos internos aumentado em 8,3 pontos percentuais, embora a Receita do Estado tenha diminuído o seu peso em 0,9 pontos percentuais, e os recursos externos diminuído em 8,3 pontos percentuais, sendo 4,4 pontos percentuais nos Donativos e 3,9 nos Empréstimos Externos Líquidos.

No conjunto do financiamento externo os Contravalores não Consignados ascenderam a 10.699 milhões de meticais, representando 18% do total do financiamento.

3.5 Dívida Pública

O montante da dívida pública existente em 31 de Dezembro de 2007 é apresentado no Mapa I-3 da II Parte, onde se pode ver que a sua composição, em termos globais, em comparação com a situação em 31 de Dezembro de 2006, era a seguinte:

(Em milhões de meticaís)

	Em 31/12/2006	Em 31/12/2007	Variação a/
Dívida Externa	86,306	78,778	-8.1%
Dívida Interna	6,932	8,042	7.3%
<i>Banco Central</i>	<i>1,500</i>	<i>3,000</i>	<i>84.9%</i>
<i>Obrigações do Tesouro</i>	<i>5,196</i>	<i>4,850</i>	<i>-13.7%</i>
<i>Dívida Assumida</i>	<i>236</i>	<i>192</i>	<i>-25.0%</i>
Total	93,238	86,820	-6.9%

a/- Em termos reais, com inflação a 8,16% e variação cambial a -0,7%

Verifica-se que o montante total da dívida pública, em termos reais, diminuiu em 6,9%, com a dívida externa decrescendo em 8,1% e a interna crescendo em 7,3%.

O valor da dívida externa, em 31 de Dezembro de 2007, era equivalente a 3.307,2 milhões de USD ^{3/}, contra 3.323,3 em 31 de Dezembro de 2006, sendo de cerca de 46% para a dívida bilateral e 54% para a dívida multilateral (instituições financeiras internacionais).

^{3/} - Com a distribuição por credores que se mostra no Anexo Informativo 6.

A dívida interna era constituída por Obrigações do Tesouro, por dívida assumida pelo Estado e por dívida para o reforço do Balanço do Banco de Moçambique.

3.6 Responsabilidades Diversas

No encerramento do exercício de 2007, foram apuradas algumas faltas de prestação de contas, que impediram a liquidação dos respectivos Processos Administrativos.

Assim, em obediência aos artigos 66 da Lei 9/2002, de 12 de Fevereiro, e 24 do Dcreto nº. 23/2004, de 20 de Agosto, as referidas faltas foram inscritas em “Responsabilidades Diversas”, conforme consta do Mapa 5-c do Anexo Informativo.

Maputo, 28 de Maio de 2008